

# Com votação, governo faz radiografia

**Rubem Azevedo Lima**

Em conversas com vários congressistas moderados, segundo revelou, ontem, o ex-ministro do Desenvolvimento, da Indústria e do Comércio, deputado Roberto Cardoso Alves (PTB-SP), o líder do governo na Câmara, deputado Renan Calheiros (PRN-AL), explicou que a votação do Plano Brasil Novo, do Presidente Fernando Collor, "servirá para que o presidente faça a completa radiografia do Congresso. Quem apoiar as medidas governamentais terá um tipo de tratamento; quem votar contra, terá outro".

Depois, no plenário da Câmara, o líder do PTB, deputado Gastone Righi (SP), brincou com o ex-ministro, que, a propósito do comportamento do Poder Legislativo, havia afirmado, há tempos, que "é dando que se recebe".

"O Collor inverteu essa afirmação — frisou Righi. Agora, é recebendo que se dá".

A disposição do governo de manter o Pacote intocável, a menos que cada parlamentar leve seus pleitos ao Presidente, através dos respectivos líderes, era confirmada, no meio da tarde, pelo deputado Amaral Netto, que lidera a bancada do PDS na Câmara.

"Não há como melhorar o Pacote" — traiu-se Amaral, na conversa com os repórteres políticos. "Melhorar só se os parlamentares levarem suas postulações ao Presidente".

## **Audiência**

Ficou, ainda, claro, na entrevista de Amaral — que aproveitou a oportunidade para informar que Collor havia acolhido pleitos do PDS (a liberação dos limites de poupança para os doentes em estado grave; para os hospitais sem fins lucrativos; e para pagamento do seguro desemprego) — ter o Presidente da República proposto que o representante carioca assumisse

a liderança ou a vice-liderança governista na Câmara.

"Mas não posso pensar nessa hipótese, pois, como autor da emenda constitucional que pede o plebiscito sobre a pena de morte, acabaria fazendo com que o Collor fosse considerado fascista, por supostamente identificar-se com minha posição nesse caso".

O líder pedessista disse que não podia contar qual fora a reação do Presidente, quando informou a Collor que o Congresso, no caso das medidas que prevêm a extinção de órgãos públicos e a demissão de servidores, talvez cedesse à pressão dos interessados, em frente à Câmara ou nas galerias daquela Casa. Durante toda a conversa com o Presidente, por 35 minutos, o chefe de governo anotou as observações de Amaral, sobre o risco de as medidas provisórias se transformarem num plano Frankenstein, devido às emendas do Legislativo.

"Mostrei ao Presidente a impossibilidade de exigir que todos os pedessistas desistissem de emendar o Pacote, pois parlamentares do partido de Collor (o deputado Renato Johnson, do PRN), estão emendando o Plano Brasil Novo."

Amaral insistiu, na ocasião, em que está havendo falta de comunicação entre o governo e o Poder Legislativo. O Presidente — conforme disse — não fez nenhum comentário a tal respeito. Limitou-se a tomar notas. Sobre privatização de algumas empresas públicas, em lugar de sua extinção, Collor reiterou, porém, que "isso é impossível".

Concluindo, Amaral tornou a repetir, para o presidente, qualquer mexida no limite de liberação da poupança equivaleria a "a estourar o plano econômico".

O líder do PDS, à margem da entrevista, reconheceu que a situação atual do País "é supergravíssima", idéia, aliás, partilhada por



**Robertão espera tratamento favorável a quem apoiar o pacote**

muitos parlamentares. O ex-ministro Cardoso Alves informava, numa roda, que, até agora, o governo não havia liberado recursos sequer para que os agricultores comprassem adubo. "Se os tricultores não plantarem até o dia 15 de abril, não teremos um grão de trigo no País", advertia Robertão. Nesse caso, a estimativa dos prejuízos brasileiros seria de 500 milhões de dólares. O ex-ministro ainda informava que "90% do parque industrial de São Paulo está parado".

Por todos esses motivos, em clima de grandes preocupações, um grupo de deputados e líderes partidários (Doutel de Andrade, Gumerindo Milhomem, José Carlos Saboia, Aldo Arantes, Osvaldo Lima Filho, Nelson Friedrich e Sigma-ringa Seixas, entre outros) pediu ao presidente da Câmara, deputado Paes de Andrade, que requisitasse uma cadeia nacional de televisão, para que os partidos pudessem explicar ao País seus reparos

ao Plano Brasil Novo. "Como está — frisou Osvaldo Lima — os brasileiros só conhecem uma face da moeda nesse Plano".

Algumas áreas do Congresso continuam a temer que o governo venha a mobilizar a opinião pública contra o Legislativo, se este insistir em alterar o Plano, julgado inalterável pelo Presidente. Aos cochichos, no Plenário, diversos parlamentares comentavam a crise brasileira, em consequência da paralização da economia julgando o quadro caótico. Em tom de brincadeira, o ex-ministro Cardoso Alves — que lamentava a pouca disposição do Congresso de reagir ao Pacote — dava um conselho ao vice-presidente da República, Itamar Franco: "Eu, se fosse o Itamar, saía do Bolo de Noiva, deixava o gabinete que tem no Senado e assumia o Palácio do Jaburu (residência oficial do presidente da República, durante todo o período dos governos militares)".